

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 2

O desafio de construir um plano municipal de mobilidade urbana de forma participativa

Paulo Junior (*)

Após anos de experiência na iniciativa privada, prestando assessoria legal e contábil para pequenas e médias empresas, em 1997, fui convidado a participar da gestão pública, e pensei que seria uma experiência interessante para minha carreira profissional de administrador de empresas: levar os conceitos da iniciativa privada para a administração pública. Decidi aceitar o convite.

Logo no início, identifiquei problemas a serem resolvidos, como por exemplo, a falta de infraestrutura para desenvolver o trabalho, funcionários desmotivados, a burocracia, a restrição orçamentária, impedimentos legais, enfim, diversos fatores comuns a iniciativa privada, mas pude perceber um ingrediente extremamente diferenciado e fundamental nas decisões tomadas: a política.

Na iniciativa privada, via de regra, para a tomada de decisão, você avalia a relação custo-benefício e decide por aquela que tem o menor custo e o melhor resultado. Na gestão pública, além da relação custo-benefício também é avaliado o impacto político de uma decisão, e, nem sempre, é tomada a melhor decisão do ponto de vista do custo-benefício.

Aliás, podemos perguntar na gestão pública: é custo para quem? A quem beneficia?

Se partimos do princípio que o custo é para toda a sociedade, porque os recursos públicos tem sua origem nos tributos que todos pagam proporcionalmente, e o benefício também deveria ser para todos, como um gestor público pode ter a ousadia de decidir unilateralmente, baseado apenas em ouvir seus técnicos e consultores?

Naquela ocasião, a legislação obrigava alguns municípios a criarem seu Plano Diretor, um conjunto de leis urbanísticas e de planejamento do desenvolvimento da cidade. Na nossa cidade, estava tramitando na Câmara Municipal um projeto de lei, apresentado pela gestão anterior, elaborado por um renomado arquiteto da capital paulista. O projeto de lei era bem elaborado, com propostas interessantes, mas descolado da realidade da cidade de Mauá. O plano seria perfeito para construir uma nova cidade, partindo do zero, e não para uma cidade constituída e ocupada desordenadamente por décadas.

Retiramos este projeto de lei da Câmara Municipal e passamos a construir um novo plano, apoiado por uma assessoria técnica, mas debatendo por toda a cidade. Foi um processo rico e inovador que produziu um plano diretor para os próximos vinte anos, e



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

que, mesmo sendo revisado em 2007, pouco foi mudado, permanecendo atual até os dias de hoje, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Após ter sido secretário de desenvolvimento econômico e social da cidade por seis anos, fui convidado para assumir a direção de uma Agência de Desenvolvimento Regional. Ali percebi que os municípios devem se unir para enfrentar problemas comuns e que não possuem fronteiras, nem coloração partidária, como por exemplo, o desemprego, as enchentes, o trânsito e o transporte. O cidadão se locomove de uma cidade para outra na busca de emprego, de saúde, de escola, de lazer e não vê fronteiras. Algumas questões só serão solucionadas se atuarem em conjunto os municípios, o estado e a união.

Em consequência de uma forte mobilização social e sindical, constituiu-se na Região do Grande ABC, um capital social elevado, com potencial para reunir trabalhadores, empresários, sociedade civil organizada, instituições de ensino, e poder público executivo e legislativo num Fórum Regional, arena de debate e disputas, na busca coletiva da construção do consenso.

Com essa experiência acumulada, em 2004 fui candidato a vereador utilizando o slogan “participação e desenvolvimento”, acreditando e defendendo a participação das pessoas na elaboração, implantação e controle das políticas públicas que promovam o desenvolvimento da cidade. Eleito, criei um conselho participativo do mandato, que reunia-se periodicamente para avaliar o mandato e propor ações. Esse respaldo popular fez com que fosse indicado em 2008, para compor a chapa majoritária como candidato a vice-prefeito. Eleito, assumi a secretaria de saúde, e aprendi que desde 1988, na Carta Magna, os sanitaristas garantiram o controle social na elaboração e fiscalização das políticas públicas de saúde, através dos conselhos gestores por unidades de serviço e do conselho municipal de saúde, cuja constituição é paritária e tripartite, garantindo a bancada dos usuários, dos trabalhadores e do governo.

Ao assumir, no início deste ano, como gestor público, a secretaria de mobilidade urbana, carrego comigo toda esta experiência, que a meu ver, é central no debate político atual, decorrente do aumento das tarifas do transporte público: garantir a participação popular na construção dos planos municipais de mobilidade urbana.

Percebo nos fóruns e encontros que tenho participado, que em sua maioria, as decisões são tomadas por técnicos, engenheiros e especialistas em trânsito e em transporte, e com pouca ou nenhuma participação social, portanto, é um desafio construir um plano municipal de mobilidade urbana de forma participativa. Mas como fazer?

Em primeiro lugar, vale a pena definir conceitos, para apresentar para a população que mobilidade urbana não é apenas o ônibus, mas envolve o simples ato de caminhar, as calçadas, a segurança do pedestre, as bicicletas, os carros, caminhões, taxi, transporte escolar, transporte público, e a rua como um espaço público de conflito e de disputa, e qual o papel de cada uma nessa discussão.

Em segundo, obter informações para elaborar um diagnóstico situacional é fundamental para apresentar para todos o quadro que se encontra a mobilidade



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

urbana na cidade. Nada complexo e num linguajar de fácil compreensão, as imagens devem ser exploradas, porque falam mais do que textos e números.

Em terceiro, organizar o território para levar as plenárias nas regiões da cidade e mobilizar, por cada região, os atores que devem participar deste processo, emprestando os conceitos do sistema único de saúde: os usuários, o governo e os prestadores de serviços do setor (empresários, trabalhadores, profissionais liberais, sindicatos). Para organizar as plenárias deve ser elaborado um regimento.

Nas plenárias, o gestor deve apresentar o regimento e o diagnóstico. Após deve abrir a palavra aos participantes e orientar para não apresentarem problemas, mas sim, transformar o problema em uma proposta que resolva aquela situação, como por exemplo, ao invés de reclamar que o ônibus demora, sugerir que se implante faixas exclusivas para o ônibus. Não subestimar a população, da sabedoria popular pode surgir políticas inovadoras e simples de aplicar. Nesta etapa as propostas não são debatidas, mas anotadas por uma comissão de sistematização. No final de cada plenária eleger delegados para participarem do Fórum (ou Congresso) Municipal de Mobilidade Urbana.

Uma equipe deve elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, seguindo a legislação, mas levando em conta, as propostas apresentadas pela população. No Fórum Municipal o plano deve ser apresentado, debatido e votado. O debate deve ser franco, fraterno e transparente. Quando uma proposta exigir votação, previamente deve ser aberta a palavra para defesa a favor e contra e só depois encaminhar a votação.

Podemos aproveitar para eleger o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com a tarefa de acompanhar a implementação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que legitimado pela população, deve ser levado ao legislativo para ser aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito, tornando-se uma lei municipal.

Ao garantir todo esse envolvimento, debate e construção coletiva de um plano, ele deixa de ser apenas técnico, mas absorve toda a dimensão política e social, com suas contradições. Depois vai ficar mais difícil sair às ruas para protestar, então, mãos à obra!

() Paulo Junior, formado em Administração de Empresas e Direito, foi secretário de desenvolvimento econômico e social, vereador e vice-prefeito, Secretário de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Mauá.*